

Ulysses só dá mais 15 dias à Sistematização

Prazo solicitado de um mês é reduzido à metade e só temas polêmicos podem complicar

A Comissão de Sistematização terá mesmo mais 15 dias para concluir a votação do anteprojeto do relator, Bernardo Cabral (PMDB-AM). O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, convocou para hoje cedo uma reunião de lideranças para formalizar a ampliação do prazo da Comissão que, de acordo com o regimento, deveria enviar o substitutivo aprovado ao plenário já na quinta-feira.

A mesa da Sistematização, no entanto, aprovou, na semana passada, proposta para prorrogar por mais 30 dias o prazo de votação que termina quinta-feira — do segundo substitutivo do seu relator, deputado Bernardo Cabral. A prorrogação foi solicitada diante da lentidão no exame e votação do projeto — até sábado (ontem não houve sessão) a Comissão não

havia conseguido terminar a apreciação das disposições incluídas até o artigo 5º, dos 264 do substitutivo.

Aumentar por mais 15 dias os prazos da Comissão é o máximo que Ulysses admite conceder. Apesar de o plenário ter aprovado a sugestão do deputado Oscar Corrêa (PFL-MG) — por mais 30 dias de trabalho além da data prevista —, o presidente da Constituinte disse a um círculo de amigos no sábado que essa proposta é inviável. Na opinião de Ulysses, as freqüentes alterações no prazo poderão acarretar sérios problemas ao País, inclusive no campo econômico.

As datas do regimento já foram alteradas duas vezes. A primeira objetivou permitir às lideranças políticas um tempo maior para as negociações em busca do consenso acerca

das questões mais polêmicas da discussão na Constituinte. Ainda nesta semana, o cronograma foi alterado novamente, eliminando-se as sessões de domingo e limitando as dos sábados, que deveriam ser encerradas às 22 horas para nada além das 13 horas. Daquela feita, a intenção foi proporcionar condições de descanso para os constituintes.

Com a nova dilatação dos prazos, a Comissão de Sistematização terá até o dia 22 para concluir os trabalhos. Mas há aqueles que temem pela morosidade com que vêm transcorrendo as sessões. Na opinião do senador José Richa (PMDB-PR), se não forem firmados acordos de lideranças para agilizar as votações e se a pauta não for devidamente enxugada — com a eliminação de desta-

ques semelhantes — o novo prazo será insuficiente.

Ate agora, a Sistematização só conseguiu aprovar cinco dos 335 artigos, incluídas aí as disposições permanentes e transitórias do anteprojeto. E entre as deliberações já adotadas não está nenhuma daquelas matérias mais polêmicas, como estabilidade no emprego, jornada de trabalho, sistema de governo, mandato presidencial e reforma agrária. Richa, inclusive, chamou atenção para uma curiosidade que vem caracterizando as votações na Comissão. Segundo ele, os assuntos que poderiam gerar controvérsia — "habeas data", mandato de injunção, o conceito de propriedade privada e o mandato de segurança contra empresas particulares — foram as votações mais rápidas registradas nestes 12 dias de trabalho.

Estabilidade poderá ser votada ainda hoje

A Comissão de Sistematização começa a votar hoje um dos temas mais polêmicos do anteprojeto do relator Bernardo Cabral: estabilidade no emprego. A tendência é a aprovação da emenda popular, proposta por empresários gaúchos, que protege os empregados da demissão imotivada através do pagamento de uma indenização progressiva por tempo de trabalho. Essa emenda tem o apoio do grupo "moderado" na comissão que, diante da impossibilidade do consenso em torno da matéria, decidiu apoiá-la em bloco.

A inviabilidade de um acordo entre a classe empresarial e os sindicalistas ficou clara na sexta-feira depois de duas reuniões entre as principais lideranças do PMDB no gabinete do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e do presidente da Confederação Nacional da Indústria, senador Albano Franco (PMDB-SE). A articulação em torno da chamada emenda gaúcha foi formalizada na manhã de ontem pelo deputado Afif Domingos (PL-SP) em conversas com o senador José Richa (PMDB-PR), deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) e o deputado Fernando Gasparini (PMDB-SP).

PT retoma campanha das diretas

São Paulo — Desenvolver um plano de pressão sobre os constituintes para a aprovação das propostas progressistas na Comissão de Sistematização e retomar a campanha das diretas para a Presidência da República, são alguns projetos que o PT pretende realizar a curto prazo. Esses temas foram discutidos ontem, no Hotel Danúbio, em reunião do diretório regional para eleger os novos membros da comissão executiva do partido.

Segundo o novo presidente da executiva, o sindicalista José Cicote, o PT pretende estimular visitas dos militantes a cada um dos constituintes e a organização de caravanas e Brasília com o objetivo de pressioná-los a votar em propostas como jornada de trabalho de 40 anos e reforma agrária, assuntos que estão sendo relegados a segundo plano com a ênfase que vem sendo dada à questão do sistema de governo.

A retomada da campanha das diretas em 88 será analisada em reunião do diretório, no dia 24 de outubro e no dia 25, durante a convenção do partido onde se organizará uma plenária de todos os militantes petistas.

Antes da negociação final, os deputados Afif Domingos e o líder do PT, José Inácio Lula da Silva, ainda conversaram longamente sobre o assunto. Mas o desfecho, já era esperado. Os dois, praticamente, formalizaram a impossibilidade de um entendimento. O relator-adjunto da Comissão, senador José Fogaça (PMDB-RS), também procurou conversar com as principais lideranças sindicais e, da mesma forma, estava convencido de que o confronto na votação será inevitável.

Na opinião de Fogaça, o acordo não saiu por comodismo de ambas as partes. Segundo ele, é muito mais fácil tanto para os empresários, quanto para os líderes sindicais, colocarem para as suas bases que não

conseguiram chegar a um consenso e transferir a responsabilidade de decidir para a classe política o senador lamenta que, diante do impasse, o tema, de tamanha importância para a classe trabalhadora, seja decidido por uma maioria eventual.

Fogaça prevê uma sessão muito polêmica e adiantou que votará pela estabilidade como está previsto no anteprojeto de Cabral: garantia de emprego, protegido contra despedida imotivada. Nele existem apenas três ressalvas, o contrato a termo, falta grave ou fator econômico intransponível na empresa. Mas o senador acredita na aprovação da emenda gaúcha que, segundo ele, tem a preferência da maioria da Comissão.

A proposta de Cabral

E a seguinte a proposta atual do relator Bernardo Cabral para a questão da estabilidade no emprego:

Art. 60 — Além de outros, são direitos dos trabalhadores:

— A garantia de emprego, protegido contra despedida imotivada, assim entendida a que não se fundar em:

a) Contrato a termo, nas condições e prazos da lei;

b) Falta grave, assim conceituada em lei;

c) Justa causa, fundada em fator econômico intransponível, tecnológico ou em infortúnio na empresa, de acordo com os critérios estabelecidos na legislação do trabalho.

Simon: "Mudar agora é golpe em Sarney"

Porto Alegre — Apesar de defender a adoção do parlamentarismo, o governador Pedro Simon disse que "votar o regime de gabinete e querer que este seja aplicado imediatamente é dar um golpe no presidente José Sarney". A afirmação do governador gaúcho foi feita no programa de rádio "Os gaúchos e o governo Simon", patrocinado pelo Estado. O governador disse ainda que "nestes seis meses de governo, nós já temos garantidos investimentos privados superiores a dois bilhões de dólares no Rio Grande do Sul".

Em sua longa exposição feita no programa, Pedro Simon destacou o apoio que tem recebido do ministro Aureliano Chaves no senti-

do de transformar em ações da Eletrobrás cerca de um bilhão de dólares da dívida da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), que está perto de 1,8 bilhão de dólares".

O governador gaúcho disse ainda que desde seu primeiro contato com Aureliano, obteve o seu apoio, e inclusive viu que o ministro tinha conhecimento dos problemas financeiros causados na isenção de ICM aos produtos exportados pelo Estado".

Pedro Simon defendeu, também, a tese de que "tanto o PMDB como o PFL devem honrar o compromisso que assumiram com a Nação relacionado à transição democrática, à Constituinte.

PMDB gaúcho cobra ação

Porto Alegre — A convocação dos seis diretórios zonais do PMDB da capital, realizada neste final de semana, concluiu que as bases do partido estão insatisfeitas com o imobilismo do Governador Pedro Simon. Ainda esta semana, os peemedebistas entregarão ao governador um documento cobrando a agilização dos trabalhos nas áreas de educação, segurança e habitação.

O dirigente da 112ª zonal, Caetano Brum, revelou que as bases partidárias não sentiram nenhum avanço na solução de problemas nas áreas sociais nestes sete meses de governo. Na opinião de Brum, o governo do Estado está sem rumos e, se não fixar prioridades básicas com urgência, o partido sofrerá a sua maior derrota nas eleições para a prefeitura municipal no ano que vem.

Mudança de regime tem 40 adesões

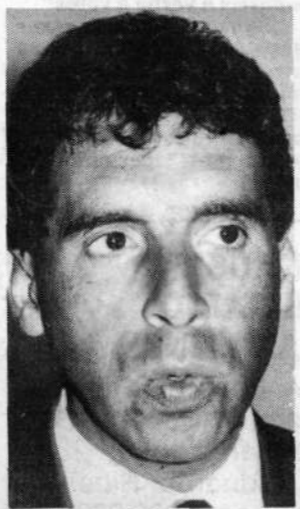
Os parlamentaristas estão cada vez mais convictos da vitória de sua tese na Comissão de Sistematização. Reunidos na Comissão de Finanças do Senado no último sábado à noite, cerca de 40 constituintes comprometeram-se a votar em favor da emenda Nelson Carneiro. Segundo os senadores José Richa (PMDB-PR) e José Fogaça (PMDB-RS), em defesa da implantação do novo sistema de governo, nas Disposições Permanentes do novo texto eles já garantiram seu voto à proposta parlamentarista.

Como para a aprovação de qualquer proposição na Sistematização são necessários os votos de 47 de seus membros, titulares, Fogaça não tem dúvidas da vitória. Na próxima terça-feira os parlamentaristas reúnem-se novamente para analisar a emenda de Nelson Carneiro, preparada, com base em pedidos de destaque às emendas de Afonso Arinos, Egídio Ferreira Lima e José Fogaça. Richa ainda demonstra alguma esperança de conseguir a negociação com o presidente José Sarney em torno da questão do sistema de governo e do mandato presidencial.

Já, Fogaça que como seu colega paranaense, participou de diversas negociações com parlamentares credenciados pelo presidente José Sarney, não acredita em entendimentos com o Planalto. Segundo ele, o presidente "fechou as portas para o acordo".

— Tentamos fazer o parlamentarismo com o Sarney. Não vamos fazê-lo contra ele, mas estamos convictos que teremos de implantá-lo independentemente do Presidente ou apesar dele — declarou o parlamentar gaúcho.

A questão da fixação do mandato de Sarney e a implantação do parlamentarismo em seu governo, ainda são pontos que não encontram consenso entre os parlamentaristas, admitiu Fogaça. De acordo com ele, o tema não foi discutido na reunião de sábado. E explicou: "não mexemos porque isso nos divide".



José Fogaça